

RESENHAS/REVIEWS

COZZENS, Donald B. **Liberar el celibato**. Tradução (do original inglês) por José Manuel Lozano Gotor. Santander: Sal Terrae, 2007. 127 p. Col. Servidores y Testigos, 110.

João Batista Libanio*

O autor se tornou conhecido entre nós pelo lúcido livro **A face mutante do sacerdócio** [São Paulo: Loyola, 2001]. Enfrentou, com enorme coragem, a problemática humana do sacerdote no momento em que se levantava nos EUA a onda de denúncias de desvios sexuais contra alguns deles. Com o mesmo destemor, retoma outro tema, não sem conexão com o anterior, de igual candência na Igreja Católica: o celibato obrigatório para os presbíteros. Situa-o em amplo campo de reflexão, desde o teológico ao psicossocial.

R. Cozzens, sacerdote americano, psicólogo, reitor e professor de teologia pastoral em seminário, trabalhou muitos anos como orientador e conselheiro de sacerdotes. Acompanhou a muitos nas suas crises de discernimento vocacional, participou de dolorosas entrevistas com sacerdotes envolvidos nos escândalos de pedofilia e suas vítimas nas últimas décadas. Por esse currículo de vida, faz-se gabaritado e credenciado para abordar com seriedade e responsabilidade o tema do celibato. Ele mesmo diz que se trata de um livro “gestado durante mais de 40 anos”. Ele vem lutando com o cerne de tal questão desde quando sentiu a vocação ao sacerdócio, ainda aluno do curso primário.

O núcleo do problema consiste em que o celibato é um carisma e torna-se então problemático obrigá-lo. A crise vem de a Igreja regulamentar um carisma. Acontece em muitos casos que o seminarista assume o sacerdócio célibe, tendo ou não o carisma, mas confiando na graça de vivê-lo fiel com alegria. Esquece-se de que “a graça supõe a natureza” e de que confiar na graça sem a natureza se chama presunção.

* Doutor em Teologia (Gregoria-Roma) e professor da Faje (Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia), e-mail: secteologia@faculdadejesuita.edu.br

A reflexão do livro volta-se principalmente para o celibato obrigatório do sacerdote, mas vale, em muitas das considerações, para os religiosos/as ou leigos celibatários ou pessoas às quais a vida impôs o celibato.

O primeiro capítulo é dedicado à aura do mistério do celibato. E lança logo de início a afirmação provocante: “O celibato tem algo de sensual”. Anunciar-se célibe desperta atrativo, fascinação, curiosidade, como fruto proibido e inalcançável. Os célibes sadios e felizes resultam atraentes do seu centro contemplativo. São pessoas menos centradas em si e abertas aos outros.

O celibato tem “halo de mistério”, de união mística entre o sensual e o sagrado, entre a carne e o transcendente. Algo conhecido na história desde as vestais romanas, passando pelos movimentos monásticos medievais até as diversas modalidades contemporâneas. O A. cita e analisa filmes, romances em que tal jogo de mistério aparece de maneira clara. Ainda em sociedades secularizadas, consumistas, tal aura permanece. Talvez o celibato desperte nas pessoas a faísca divina nelas escondida, mesmo e apesar dos abusos graves de célibes. Esses trouxeram, claro, certa perda de sua intensidade. Daí a ambigüidade do celibato no início deste século. Alude também ao traje e às maneiras “andróginas” de muitos clérigos: batina, túnicas compridas e soltas, capas bordadas, que se assemelham a roupas femininas.

Ao lado da aura de mistério, existem o fracasso sexual, o poderoso desejo de sexualidade, medo, ansiedade. Amor carrega consigo dor, sofrimento, medo de malogro, possíveis feridas. Muitos suportaram experiências sexuais negativas, e o celibato se lhes transformou em defesa e até em atração. Acrescente-se a diuturna e conhecida suspeita do cristianismo em relação à sexualidade, de raiz dualista, gnóstica e até maniqueísta. A sexualidade tem, realmente, a ambivalência de elevar e de destruir o espírito humano, como, aliás, também o poder, a fama, a ambição. O A. pergunta-se, no final do primeiro capítulo, se a desvinculação do celibato respeito ao sacerdócio não debilitaria o interesse pelo sacerdócio.

Num segundo capítulo, estuda o celibato como carisma no sentido de dom outorgado livremente por Deus a uma pessoa ou comunidade para servir aos demais e buscar seu bem, impulsionando o Reino de Deus. Portanto, trata-se de dom sobrenatural, mas fundado em dons naturais e em potencial humano que marca a vida de quem o recebe. Assim, a evolução espiritual e pessoal fica estreitamente vinculada à forma como desenvolve o carisma. Traz, às vezes, regozijo espiritual, mas não sem esforço, treinamento, exercício. No

entanto, no fundo é obra e êxito que brotam da graça. Para algumas pessoas, o celibato realiza tais características do carisma que não desconhece nem desmerece a vida da sexualidade no matrimônio. Surge como um impulso-graça vindo de dentro a vivê-lo na liberdade e na fidelidade em vista do Reino de Deus. Não é questão de não estar casado – a metade da humanidade assim vive –, mas de opção pelo Reino que implica dimensão de reconhecimento público e social pela comunidade. Carisma-graça que supõe construção, trabalho, renúncia e luta.

Tal carisma vinculado ao ministério levanta muitas perguntas: pode ser temporário? Alguém que iniciou com motivações não consistentes pode evoluir? Muitos percebem sua verdade no sacerdócio, mas não têm a mesma certeza sobre o celibato: e então?

No terceiro capítulo, toca o ponto nevrálgico: celibato como obrigação. Em relação à Igreja universal de rito latino, a obrigatoriedade se converte em norma a partir do século XII por obra dos Concílios lateranenses de 1123 e 1139, enquanto no rito oriental permanece optativo. Daí para a frente, tornou-se realidade pacificamente aceita e, só a partir da segunda metade do século XX, ouvem-se demandas de revogação. É falsa a tese de que o celibato pertence essencialmente ao sacerdócio, como tradicionalistas afirmam.

Celibato, como dom outorgado, ser regulamentado parece um “oxímoron”, duas palavras de significado oposto, como “água seca”. O argumento a favor do celibato, como lei, é problemático desde o ponto de vista teológico e forçado desde o ponto de vista lógico. Funciona o argumento autoritativo: porque a Igreja o diz e determina. A história mostra filhos de padres, bispos e papas exercendo funções importantes e alguns santos. O A. cita vários deles. Até o século IX, houve papas casados. Outros tiveram filhos antes de ser papa, como Paulo III do tempo de Santo Inácio. Nos doze primeiros séculos, incontáveis os casos de bispos e sacerdotes casados na Igreja latina. Mais correto é falar da disciplina eclesiástica do celibato por razões pastorais, práticas, instrumentais de eficácia desde econômicas até testemunhais e que o A. enumera. Há também contra-argumentos, vícios nos próprios argumentos. Sem dúvida, por trás esconde uma visão negativa generalizada na Igreja católica a respeito do sexo, que reforça a tônica do celibato.

No quarto capítulo, trabalha as exceções ao celibato. A Igreja institucional, na sua alta hierarquia, mantém intacta a disciplina do celibato na Igreja latina. Alguns prefeririam que, em vez de exceções, se falasse de concessões,

isenções. Na Igreja oriental, a maioria do clero se casa. É o normal. Aos sacerdotes do rito oriental residentes e ativos em países do rito latino impõe-se-lhes o celibato. Há também no rito latino padres casados, que vieram das igrejas anglicanas e protestantes, que, ao se converterem à Igreja católica, se ordenaram sacerdotes, mantendo-se casados. Uns 200 a 500 nos EUA. Pouco se fala deles por várias razões. Existem sim muitas declarações pedindo o celibato opcional vindas da Europa central, América do Norte, Austrália, Sudeste asiático, Irlanda e Inglaterra e não tanto de países latinos. Talvez por trás exista a diferença da concepção de lei. Para os saxônicos, ela aponta o mínimo; para os latinos, o ideal. Isso talvez explique por que a reivindicação para abolir a lei do celibato seja mais forte no mundo saxônico que latino. Este é mais indulgente com o não-cumprimento da lei. A Igreja oficial fecha os olhos e tolera que a disciplina do celibato, em muitos países latinos, não seja bem observada. A história do celibato na Igreja tem sua turbulência que corresponde à ambigüidade e à complexidade da sexualidade humana. No fundo, exacerbam-se as dificuldades, ao se querer regular o que é um dom misterioso e livre, concedido a um número relativamente escasso de pessoas.

A sombra do celibato ocupa o capítulo quinto. Quando alguém tem vocação para o celibato, irradia-o, apesar dos limites e sombras. Todos os seres humanos esbarram com a própria sombra. O A. estuda as sombras do celibato obrigatório. A solidão: mas uma que seria desnecessária. A Deus não agrada o celibato institucionalizado, maneira de controlar a graça e impor um carisma a quem não tem, mas queria outra coisa: o sacerdócio. A vida já é difícil, não nos cabe fazê-la ainda mais pesada.

A carga do celibato obrigatório perturba facilmente o equilíbrio de quem não possui esse carisma. Uns conseguem vivê-lo de modo irradiante. Outros perdem a paz interior. Algo não lhes soa verdadeiro, por não estarem satisfeitos consigo mesmos. Vestem-se da máscara clerical, em pseudo-identidade. Sofrem de enjôo existencial por não dispor de sua vida. Não raro com traços obsessivo-compulsivos. Porque eles procuram ser algo que não lhes corresponde ao temperamento e as aptidões. Por outro lado, despertam no sexo oposto atrações perigosas, sem falar de relações permissivas. Lado escuro de muito celibato, o qual veio ainda mais à tona com os escândalos de pedofilia, tão propalados pela mídia. Diante de tais fatos, levanta-se a pergunta se o celibato obrigatório não fomenta inconscientemente a imaturidade psicosssexual entre seminaristas e sacerdotes. A comissão de inspeção, nomeada pelo

bispo W. Gregory, 2002, concluía: “Não cabe a menor dúvida de que o celibato, embora seja um dom para alguns, para outros se converte em terrível carga que conduz à solidão, ao álcool e ao abuso de drogas, assim como a condutas sexuais inapropriadas...uma carga que requer seguir sendo estudada”.

O capítulo VI abordou a questão do celibato e a homossexualidade. O A., então reitor de um seminário, tinha chamado a atenção para o número desproporcionadamente elevado de seminaristas e sacerdotes *gays*. Antes, outros escreveram o mesmo e foram objeto de históricos desmentidos. Isso não tira que alguns dos nossos melhores e mais brilhantes seminaristas, sacerdotes e bispos sejam *gays*. A maioria se esforça por viver vida casta e santa. Outros fracassam até a pedofilia. O A. aborda a questão da instrução do Vaticano sobre o acesso de homossexuais ao sacerdócio e outros pontos conexos. Falta clima para tratar com clareza essa problemática na Igreja por causa da insistência do Vaticano de considerar a atração homossexual como “objetivamente desordenada”. O A. se pergunta por que um *gay* deseja ser sacerdote célibe. Há questões conflituosas. O sacerdote *gay* deve ensinar que a orientação homossexual é intrínseca e objetivamente desordenada, embora não sinta que sua própria orientação seja defeituosa, antinatural, doentia ou desordenada. Ele tem de pregar uma doutrina que existencialmente não aceita. Daí lhe surge conflito existencial. Talvez o celibato lhe seja espécie de ilha de silêncio de suas tendências homossexuais. Com desconhecimento e repressão, o tiro sai pela culatra com erupções destrutivas de si e de outros. Muitos aspectos da vida da Igreja atraem homossexuais, desde as vestes às possibilidades de relações protegidas. Outros são atraídos pelo sacerdócio. Alguns julgam ter o carisma do celibato. O A. mostra alguns aspectos sociais que facilitam o sacerdote *gay* viver mais facilmente o celibato que o heterossexual. Aponta a amizade íntima, pessoal e célibe como ajuda à vivência do celibato para homo e heterossexuais.

O celibato e o poder. Tema do capítulo VII. Poder tem energia erótica própria. O homem de poder, sobretudo o político supremo, seduz, fascina, mais que o celibato. O poder do celibato é acessório, fundado no eclesiástico e espiritual. É também ambíguo, perigoso, desconcertante e estimulante, como qualquer outra classe de poder. O poder dos dirigentes eclesiásticos se fundiu com o poder do celibato clerical. Na atualidade, tal poder perde força por muitas razões culturais e da vida eclesiástica atual. Sob aspecto administrativo, o celibato obrigatório é o eixo do sistema clerical. Controla-se uma pessoa,

controlando sua sexualidade. Dificulta-se-lhe assim a maturidade. O celibato favorece o exercício de poder da hierarquia sobre o clero e também sobre fiéis. No entanto, o celibato obrigatório, vivido sem carisma, diminui o poder pessoal irradiador do sacerdote. E supre-se esse, às vezes, pela busca do dinheiro.

Celibato como opressão. Ninguém é obrigado a ordenar-se. O ordenando professa liberdade no momento da ordenação. Mas o problema consiste em querer livremente o sacerdócio e ter de aceitar o celibato junto: “o pacote sacerdotal”. O chamado ao sacerdócio é mais forte que ao celibato. Para quem tem o carisma, o celibato liberta, para os outros, pesa. Embora alguns vivam bem o celibato apesar do peso, isso não justifica que a instituição o imponha a todos. O A. volta a um dos pontos fundamentais de sua reflexão: é problemático regular o carisma. A imposição do celibato parece falhar no campo da justiça por coarctar a liberdade de sacerdotes que não gozam do carisma do celibato.

O livro termina com a tese central: tornar livre a disciplina do celibato. Não põe em questão o enorme valor do carisma do celibato. Não faltam exemplos de tantos e tantas que o viveram e vivem com imensa irradiação humana e espiritual. O celibato carismático continua sendo um grande dom para a Igreja. O celibato obrigatório, pelo contrário, espera sua ab-rogação. Eis a síntese e mensagem final do livro.

Livro equilibrado, bem fundado, com respeito e espírito eclesial. Não foge, porém, da realidade de que o fato de regular o celibato traz conseqüências negativas para a Igreja. Vale a pena ler e discutir nos meios clericais e de formação do clero.